

Abordagens Católicas à Mineração: Estudos de Casos

O projeto Pascua-Lama, Diocese de Copiapó, Chile

Distrito de Alto del Carmen, Província de Huasco, Deserto de Atacama

Cristián Borgoño

Professor assistente de Ética Teológica da Faculdade de Teologia da Pontifícia Universidade Católica de Santiago, Chile.



Resumo

Este estudo examina o papel da Igreja Católica na região de Atacama, no Chile, na oposição ao projeto de mineração Pascua Lama, uma grande iniciativa transnacional de extração a céu aberto de ouro e prata da Barrick Gold na fronteira entre o Chile e a Argentina. Apesar da profunda identificação cultural e econômica do Chile com a mineração, a diocese de Copiapó emergiu como uma voz significativa na defesa dos recursos hídricos do Vale do Huasco, particularmente das geleiras Toro I, II e Esperanza, que estavam ameaçadas pelo projeto. Por meio do acompanhamento de base, a pastoral da diocese para a salvaguarda da criação, liderada em grande parte por religiosas e catequistas leigos, mobilizou as comunidades agrícolas locais. As principais ações incluíram a educação pública por meio de homilias, programas de rádio, murais e marchas; a documentação dos danos ambientais; alianças com a sociedade civil e grupos indígenas Diaguita; e a participação ativa em ações judiciais que, por fim, levaram ao encerramento definitivo do projeto em 2020. A resposta evoluiu de preocupações locais para um esforço diocesano coordenado, enfatizando o direito à água, o cuidado com nossa Casa Comum e a rejeição de doações do setor de mineração para evitar conflitos de interesse. Este caso se destaca como um testemunho profético excepcional no contexto eclesial chileno, geralmente favorável à mineração, demonstrando como uma pequena diocese, com recursos limitados, pôde desafiar poderosos interesses econômicos e políticos por meio da resistência não violenta inspirada na fé e na defesa ecológica.

1. Contexto

O Chile se define como um país minerador. A frase “O Chile é um país minerador” aparece em inúmeros discursos de chefes de Estado e autoridades governamentais. Ela também é reafirmada pela Corporação Chilena do Cobre (CODELCO), a maior empresa estatal de mineração do mundo, que tem incentivado a celebração do “Dia do Cobre Chileno” para comemorar sua nacionalização em 31 de julho de 1971, durante o governo do presidente Salvador Allende. A lei de nacionalização foi aprovada por unanimidade no Congresso (CODELCO, 2023). Mesmo aqueles que questionam a mineração como motor do desenvolvimento econômico reconhecem o Chile como um país minerador (Rodríguez, Ortiz e Broitman, 2020). Em 2012 e 2013, o jornal chileno *El Mercurio* publicou uma série de suplementos especiais de domingo, intitulada “Chile, um País Mineiro”, cujo objetivo era “educar e divulgar a importância das atividades de mineração para a sociedade chilena”. Os suplementos do jornal foram publicados em colaboração com a Sociedade Nacional de Mineração (SONAMI e *El Mercurio*, 2012/3).

Desde o início do século XX, cerca de 20% do PIB do Chile, embora com algumas flutuações, tem dependido direta ou indiretamente das atividades de mineração (Cardemil, 2023). O cobre é, de longe, o produto mineral mais importante do país. Foi somente no século XXI que o lítio ganhou alguma proeminência, mas ele não representa nem um quinto do valor econômico do cobre para o Estado chileno.¹

Nesse contexto, não é de se surpreender que a mineração esteja profundamente enraizada na sociedade chilena. No norte do Chile, estima-se que mais da metade da força de trabalho da região de Antofagasta trabalhe direta ou indiretamente

¹ Mesmo em um ano favorável para o lítio e desfavorável para o cobre, este último representa aproximadamente cinco vezes mais em termos de receita tributária (Sepúlveda, 2022).



na mineração (Fundación Chile, 2021). Mesmo na capital do Chile, Santiago, um número significativo de profissionais qualificados, especialmente engenheiros formados nas melhores universidades do país, trabalha no setor de mineração e viaja frequentemente durante a semana para as áreas de mineração no norte.

Dado o quanto a mineração está entrelaçada à economia e à sociedade chilenas, questionar a mineração como uma atividade econômica desejável é praticamente inconcebível. Trabalhar no setor de mineração e se beneficiar de serviços sociais financiados pelas receitas tributárias da mineração tornou-se um estilo de vida normalizado para muitos membros da sociedade chilena. Foi somente recentemente, em conexão com a chamada “revolta social” de outubro de 2019 e o fracasso na aprovação de uma nova constituição no plebiscito nacional de 2022,², que os movimentos ambientais conseguiram chamar alguma atenção para as consequências ambientais catastróficas das atividades de mineração, embora tenham feito isso com grande dificuldade (Marín, 2025, p. 154).

Apesar de serem mitigadas com sofisticação crescente, por exemplo, por meio da dessalinização da água e do bombeamento de água do mar para levá-la a mais de 300 km para o interior e a 3.000 m de altitude (Heikkinen, 2025), as atividades de mineração têm consequências ecológicas inevitáveis e transformam as paisagens, principalmente devido à contaminação de aquíferos, à poeira transportada pelo ar proveniente de detonações e, em alguns casos, como o de Pascua Lama, à destruição de geleiras. As áreas de mineração passaram a ser conhecidas entre os grupos ambientalistas como “zonas de sacrifício”, onde a vida dos ecossistemas e das pessoas que nelas habitam é sacrificada em prol do consumo de outras pessoas. Essas zonas de sacrifício, no entanto, estão localizadas em áreas remotas, em altas altitudes nos Andes, com densidade populacional muito baixa e onde praticamente apenas aqueles que trabalham nas minas podem testemunhar diretamente o que está acontecendo. É por isso que, embora esteja profundamente enraizado na opinião pública chilena, o conceito de “zonas de sacrifício” raramente é associado à mineração no Chile, sendo, ao contrário, associado à atividade industrial em geral, como no caso emblemático da região de Puchuncaví.³ Consequentemente, devido à invisibilidade dos danos, o equilíbrio entre benefício econômico e dano ecológico local – que normalmente caracteriza as atividades de mineração – está se inclinando decisivamente para os benefícios econômicos.

Historicamente, a Igreja Católica no Chile concentrou sua intervenção no setor de mineração nas condições de trabalho dos mineiros.⁴ A preocupação de quem viria a ser o cardeal José María Caro⁵ durante seu mandato como vigário apostólico de Tarapacá (no norte do Chile, próximo à fronteira com o Peru) na década de 1920, em relação às condições dos trabalhadores do salitre é bem conhecida entre os chilenos (Castro, 2005). Quando o movimento dos “padres operários” se consolidou no Chile,⁶ alguns padres trabalhavam no setor de mineração (Alcántara Rojas, 2023). Além disso, dada sua importância econômica, a mineração também tem um peso político significativo. É por isso que a Igreja Católica apoiou a nacionalização da indústria de mineração de cobre no final da década de 1960, limitando-se a comentar sobre a maneira específica como ela deveria ser implementada. No entanto, em consonância com sua posição histórica, a Igreja nunca questionou a mineração em si, nem o havia feito até o conflito de Pascua Lama no início dos anos 2000, como discutiremos mais adiante.

² A “revolta social” é o nome dado às manifestações políticas auto-organizadas que ocorreram a partir de outubro de 2019 e que levaram a um referendo nacional em 2020 para revisar a constituição. No entanto, a proposta constitucional elaborada por uma Convenção Constituinte eleita por voto popular em 2021 foi rejeitada por uma ampla maioria (62%) em setembro de 2022.

³ Puchuncaví é uma área industrial na Província de Valparaíso, no centro do Chile. Abriga refinarias de combustíveis fósseis e usinas termelétricas que causaram grave poluição do ar e do solo na região. A escala de sua atividade industrial, aliada à proximidade com a capital do país, fez com que atraísse mais atenção do que outras atividades industriais igualmente poluentes em outras regiões.

⁴ É importante observar que as pesquisas históricas sobre o papel da Igreja nas questões sociais foram realizadas por clérigos e leigos sem qualificação profissional como historiadores; consequentemente, a qualidade das fontes nas quais se baseia essa reconstrução é bastante desigual (Valdivieso, 1999).

⁵ O cardeal José María Caro (1866-1958) foi o primeiro cardeal chileno e, portanto, extremamente influente na Igreja Católica chilena. Ele foi arcebispo de Santiago por mais de 20 anos e recebeu o título de cardeal do papa Pio XII.

⁶ Trata-se de grupos de padres que, após o Concílio Vaticano II, optaram, em acordo com seus bispos, por trabalhar em fábricas a fim de se aproximarem da classe trabalhadora e compartilhar suas condições de vida. O movimento teve origem na Europa e se espalhou para alguns países da América Latina.

As minas chilenas também são locais de devoção popular. Embora não seja algo exclusivo do Chile (pode-se pensar na Virgen del Socavón, na Bolívia, ou na Virgen de los Remedios, em Zacatecas, no México), existem santuários marianos fortemente associados à mineração, como a Virgen del Rosario de Andacollo, no norte do Chile. A imagem em si foi encontrada no final do século XVI em uma mina de cobre e rapidamente passou a ser invocada como protetora dos mineiros. Naquela época, assim como ainda hoje, a mineração é uma atividade arriscada, como destacou o caso do resgate, em 2010, de 33 mineiros que ficaram presos por 69 dias a uma profundidade de 700 m em uma mina no norte do Chile, o que dominou a mídia mundial na época. Andacollo é essencialmente uma cidade mineradora, e foi somente em 2018 que o santuário mariano e seu apoio implícito à mineração como atividade econômica desejável para a região começaram a ser questionados, na sequência de uma controvérsia sobre os royalties de uma empresa de mineração e a distribuição de benefícios sociais (Opazo, 2019). Mesmo na própria região de Pascua Lama (a cerca de 200 km de Andacollo), a cidade de Copiapó possui um santuário mariano (Virgem de La Candelaria) fortemente associado à mineração. Da mesma forma, desde o início das atividades mineradoras na época colonial, São Lourenço foi invocado como padroeiro e protetor dos mineiros, assim como em outros países da América Latina. Assim, a piedade popular também reflete claramente a aceitação da mineração em geral.

Com a melhoria nas condições de segurança que acompanhou a substituição gradual da mineração artesanal pela industrial,⁷ os trabalhadores da mineração no Chile se beneficiam de condições de trabalho relativamente seguras e justas, com exceção da pequena proporção de mineiros artesanais (Meller e Meller, 2021). A maioria dos mineiros recebe salários relativamente altos em comparação com o restante da população, normalmente cerca do dobro (Minería e Futuro, 2025). Isso fez com que o foco da preocupação pastoral da Igreja se concentrasse nas consequências familiares do trabalho na mineração, como ausências prolongadas de casa, e nos problemas decorrentes das condições de vida dos mineiros e de seu poder aquisitivo relativamente alto, como o abuso de substâncias ou a prostituição. No entanto, apesar de continuar sendo uma atividade perigosa e fisicamente exigente, a mineração é atraente para um número significativo de pessoas.

Conforme mencionado acima, a mineração tornou-se tão aceita como norma na consciência pública chilena que nenhum bispo chileno ou representante da Igreja participou de uma reunião realizada no Panamá, em outubro de 2024, com quinze bispos da América Latina e do Caribe cujas dioceses foram as mais afetadas pela mineração.⁸ Trata-se de uma ausência notável, considerando que a mineração representa 20% da economia do Chile. Isso contrasta com a maioria dos países da América Latina e do Caribe, onde há um alto nível de conscientização sobre as questões socioambientais associadas à mineração. Esse “excepcionalismo chileno”, por assim dizer, torna ainda mais importante destacar o impacto de uma iniciativa liderada por uma pequena diocese e um punhado de agentes pastorais consagrados e leigos. A oposição deles ao projeto de mineração Pascua Lama teve um caráter altamente profético, embora sua divulgação tenha sido limitada em um país centralizado como o Chile. Em outras palavras, a iniciativa liderada pela Igreja que se desenvolveu em torno desse projeto de mineração pode ser descrita como totalmente excepcional. É por isso que é particularmente importante compreender seus detalhes.

2. O projeto de mineração Pascua Lama

Pascua Lama é um projeto de mineração transnacional situado nos Andes, na fronteira entre o Chile e a Argentina, na região norte de Atacama. O próprio nome reflete esse caráter transnacional, já que “Pascua” é o nome do local no Chile e “Lama”, na Argentina. Trata-se, principalmente, de um projeto de ouro e prata, com reservas estimadas em quase 18 milhões de onças, e apenas secundariamente de um projeto de cobre, devido à extração do minério por flotação. Estima-se que contenha aproximadamente 1% das reservas mundiais de ouro (Serviço Geológico dos Estados Unidos, 2025). No entanto, assim como os métodos convencionais de extração de ouro, ele se caracteriza pela mineração a céu aberto, ou seja, a extração a partir da superfície. Isso amplifica os danos ambientais, que geralmente são maiores na mineração a céu

⁷ Estima-se que o número total de “pirquineros” (como são conhecidos os mineiros artesanais no Chile) represente menos de 10% do número total de pessoas que trabalham na mineração no Chile, cerca de 15.000 pessoas (Meller e Meller, 2021, p. 25).

⁸ Os resultados das discussões da reunião foram publicados em julho de 2025 sob o título “Orientações Pastorais das Igrejas Católicas diante da Mineração” (CELAM, 2025).



aberto do que na subterrânea.

A primeira prospecção na área ocorreu na década de 1970, impulsionada pela abertura do setor de mineração chileno ao capital internacional sob o regime de Pinochet. A Barrick Gold adquiriu a mina no início da década de 1990 e, em 1997, após a aprovação de um tratado que regulamentava a mineração transnacional, a Barrick Gold apresentou o projeto de mineração, dando início ao processo regulatório (Herr, 2021, 170). Em 2006, obteve aprovação ambiental dos governos do Chile e da

Argentina e, em 2009, tiveram início os trabalhos de pré-exploração. As obras de construção tiveram início em 2011. A previsão era de que a mina entrasse em produção em 2013. Em 31 de outubro de 2013, as obras foram interrompidas e o projeto suspenso devido a disputas judiciais movidas por comunidades chilenas, com o apoio da Diocese de Copiapó (o que será detalhado na próxima seção). Em 2018, a Superintendência do Meio Ambiente do Chile ordenou seu fechamento total e definitivo, decisão que foi confirmada em 2020 por uma sentença do Tribunal de Apelação de Antofagasta, a qual a empresa de mineração aceitou.

A mineração a céu aberto envolve o manuseio de volumes extremamente grandes de solo, pois consiste em dinamitar a montanha, coletar os detritos, separar o que é utilizável do que não é (o que geralmente representa menos de 1% do material), utilizar grandes quantidades de água e transportar os detritos e resíduos para outro local, os chamados rejeitos de mina. No caso de Pascua Lama, o principal impacto ambiental recaiu sobre as reservas hídricas, que, devido à elevada altitude, estão contidas em geleiras – o mais importante reservatório de água doce do planeta (Bórquez et al., 2006). Isso, consequentemente, afetou o abastecimento de água superficial e os próprios aquíferos. A mina estava situada abaixo de três geleiras (Toro I e II e Esperanza), que alimentavam a bacia do rio Huasco (uma área de aproximadamente 10.000 km²) e que sustentavam a agricultura no vale e a vida de sua população (cerca de 70.000 pessoas). Além do uso significativo de água, o processo de extração teria levado à poluição do solo e da água e destruído as zonas úmidas de alta altitude (conhecidas como “bofedales”). Essas zonas atuam como um filtro natural para os metais pesados encontrados nas montanhas, que são arrastados pela água. Seu desaparecimento teria, portanto, afetado a conservação e a purificação da água (Pérez et al., 2024). No lado argentino, o impacto foi menos significativo, mas havia preocupações com a poluição causada pelo cianeto utilizado no processo de extração de ouro e com as grandes quantidades de água necessárias para tal.⁹ O fato de Pascua Lama ter sido o primeiro projeto de mineração em grande escala na história do Vale do Huasco provavelmente influenciou a oposição ao projeto. A mineração estava entrando em território desconhecido, ao contrário da maior parte da expansão mineradora da década de 1990, que ocorreu no Chile e se deu por meio da ampliação de operações mineradoras já existentes (Recabarren, 2026).

A oposição visível ao projeto começou no início dos anos 2000 (Urkidi, 2008), em conexão com o lançamento do processo de consulta comunitária exigido pela legislação ambiental chilena (Lei 19.300). Inicialmente, ela foi organizada por um grupo de base que se autodenominava “Comitê de Vigilância do Rio Huasco e seus Afluentes”, o qual reuniu cerca de 2.000 agricultores do Vale e recebeu reconhecimento legal. A Barrick Gold ofereceu a eles US\$ 60 milhões ao longo de 20 anos para garantir seu apoio (Salinas e Karmy, 2009, 26). Com as eleições presidenciais de 2005, o projeto tornou-se objeto de amplo debate público. Foi aprovado em fevereiro de 2006, um mês antes da posse do novo governo de Michelle Bachelet.

⁹ Todas as etapas do processo de mineração exigem água: para perfurar e resfriar equipamentos, para suprimir a poeira, para separar o minério da rocha estéril e para transportar a pasta de minério por dutos. Estima-se que a produção de um quilo de ouro exija, em média, 265.000 litros de água (Lezak et al., 2023). Isso exerce uma enorme pressão sobre as bacias hidrográficas locais. Especificamente na mineração de ouro, o cianeto é o produto químico preferido para extrair ouro de minério de baixo teor por meio de um processo chamado lixiviação em pilha, no qual uma solução de cianeto é filtrada através da rocha triturada para dissolver partículas microscópicas de ouro. Embora altamente eficaz, o cianeto é tóxico para a vida aquática e letal para aves e mamíferos, mesmo em concentrações muito baixas. O principal risco é o derramamento acidental.

A oposição ao projeto assumiu dimensões internacionais a partir desse momento (Salinas e Karmy, 2009, 27–28).¹⁰ A oposição teve de enfrentar não apenas o poder econômico de interesses mineradores, mas também o poder político, uma vez que o projeto contava com o apoio unânime das autoridades políticas em todos os níveis, desde as autoridades locais até a presidência.

A Igreja Católica não era a principal força motriz por trás da oposição, mas, como a população do Vale do Huasco é relativamente pequena e predominantemente rural,¹¹ a Igreja era, por definição, um ator social significativo, dada sua presença na região. Por volta de 2006, surgiu na diocese de Copiapó uma nova pastoral para a salvaguarda da Criação (*pastoral de salvaguardia de la Creación*), liderada inicialmente, em grande parte, por religiosas. Ela organizou palestras, pinturas murais (uma forma típica de protesto pacífico na América Latina), exposições de documentários e outras atividades de conscientização para a comunidade. A oposição da Igreja atingiu seu auge em 2008, com uma marcha que terminou com uma missa na Catedral de Nossa Senhora do Rosário, em Copiapó, da qual participaram 40 padres e freiras – praticamente todo o clero da diocese. Após esse evento, a oposição da Igreja se expressou principalmente por meio da participação, seja individualmente por parte do clero ou de leigos, seja coletivamente (no âmbito da já mencionada carta pastoral para a salvaguarda da Criação), como parte de uma ampla coalizão de organizações da sociedade civil que empreendeu ações judiciais que culminaram no encerramento definitivo do projeto. A seção seguinte analisa as ações da Igreja em resposta ao projeto Pascua Lama, desde seu anúncio até seu encerramento. O autor realizou uma visita de quatro dias ao Vale do Huasco e a Copiapó em maio de 2026 e conversou com diversos atores envolvidos na oposição da Igreja, principalmente agentes pastorais, padres e freiras, incluindo o atual bispo diocesano.¹²

3. A resposta da comunidade católica

Antes de detalhar as ações da Igreja, uma breve descrição da Igreja local ajuda a contextualizar seu envolvimento na resposta ao projeto Pascua Lama. A Diocese de Copiapó é uma das 27 dioceses do Chile e está situada na região desértica de Atacama, no norte do país. É uma das maiores dioceses (80 mil quilômetros quadrados, o tamanho da Áustria ou da República Tcheca), mas também uma das menos populosas (300 mil habitantes). Grande parte de seu território é constituída pelo Deserto de Atacama, a região mais árida do mundo. Três vales atravessam a diocese: o Chañaral, ou Vale do Norte; o Copiapó, ou Vale Central, onde se localiza a capital regional (com uma população de aproximadamente 150 mil habitantes); e o Huasco, ou Vale do Sul, cuja principal cidade é Vallenar. O projeto Pascua Lama estava localizado no território da paróquia de Alto del Carmen, no Vale do Sul. O território da paróquia foi a principal área afetada pelo projeto; no entanto, devido ao impacto do projeto sobre as geleiras, conforme mencionado anteriormente, os danos teriam se estendido por todo o vale do Huasco, até sua foz no Oceano Pacífico, no porto de Huasco. As comunidades católicas estavam organizadas em torno das paróquias de Alto del Carmen, Vallenar, Freirina e Huasco.¹³ A paróquia de Alto del Carmen está estruturada em torno de dois vales dos afluentes do rio Huasco, com 30 comunidades distribuídas em dois grupos lineares, cada um com cerca de 70 km de extensão. Trata-se, portanto, de uma paróquia muito extensa e pouco povoada. Normalmente, é atendida por um padre que reside na cidade de Alto del Carmen e por freiras sediadas em El Tránsito, o povoado mais populoso, localizado no vale de El Tránsito, também conhecido como “Valle de los Naturales”.

¹⁰ Salinas e Karmy (2009) apresentam um relato detalhado da oposição da sociedade civil ao projeto, embora não se concentrem no papel da Igreja Católica.

¹¹ A densidade populacional média é de aproximadamente 7 habitantes por quilômetro quadrado; a título de comparação, a Região Metropolitana de Santiago tem 480 habitantes por quilômetro quadrado.

¹² O bispo que liderou a oposição, Gaspar Quintana, faleceu no final de dezembro de 2025, após a encomenda do estudo de caso e antes da realização da visita. Ele foi bispo de Copiapó entre 2001 e 2014.

¹³ Durante a oposição ao projeto Pascua Lama, a paróquia de Freirina também participou da oposição à expansão de uma granja suinícola intensiva, que trazia consequências ecológicas adversas para a região.

Acompanhamento

Foram os moradores da parte alta do vale que primeiro deram o alarme sobre o projeto. Segundo um catequista da paróquia, foi uma mulher que colhia ervas medicinais quem primeiro percebeu as atividades da empresa de mineração no final da década de 1990, quando as ervas começaram a murchar sem motivo aparente. O intenso tráfego de caminhões também era um indício claro das atividades de construção da mina. Derramamentos de óleo no rio e outras formas de poluição da água também despertaram preocupação entre os agricultores locais.

Conforme mencionado na introdução, a normalização da mineração no Chile fez com que as freiras da paróquia, ao tomarem conhecimento das atividades de mineração, tivessem uma visão favorável, considerando o desenvolvimento econômico e as oportunidades de emprego que isso proporcionaria à região. No entanto, por meio de seu trabalho pastoral com as comunidades locais, as freiras logo obtiveram informações diferentes sobre o projeto. Um catequista da paróquia teve acesso ao Estudo de Impacto Ambiental e o compartilhou com as freiras. Isso gerou preocupação quanto aos danos ambientais que o projeto acarretaria.

A mudança de posição das freiras permitiu rapidamente a formação das primeiras alianças com pessoas de fora da comunidade e deu origem a um conjunto de ações iniciais. Estas consistiram principalmente na divulgação de informações sobre os danos ambientais do projeto e as falsas promessas feitas pela Barrick Gold (San Juan, 2011, 273). Conforme mencionado anteriormente, este foi o primeiro projeto de mineração já realizado no Vale. Foi organizada uma espécie de “viagem itinerante”: uma freira e um catequista paroquial percorreram todo o Vale, reunindo a população local em cada cidade e em cada povoado rural, informando-os sobre o projeto. A resposta, portanto, teve início na base e foi decididamente “de baixo para cima”. Os primeiros a se mobilizar foram leigos católicos e pessoas consagradas, que se uniram a cristãos de outras denominações e a não crentes em sua preocupação com um problema grave e comum a todos os moradores do vale: a ameaça à fonte de água do Vale do Huasco, essencial para a vida das comunidades locais da região.

Esse apoio, aliado à presença da Igreja em todo o vasto e pouco povoado território, levou todas as comunidades do Vale do Huasco, desde Alto del Carmen até a foz do rio no Oceano Pacífico, a se mobilizarem juntas contra o projeto. Padres, freiras e leigos utilizaram homilias, sessões de catequese e as tradicionais novenas¹⁴ durante as festas dos santos padroeiros para alertar sobre os perigos que o projeto representava para a população do Vale. Dessa forma, praticamente toda a população recebeu informações sobre o projeto e seus impactos ecológicos.

A Barrick Gold conduziu sua própria campanha, promovendo os benefícios econômicos do projeto e fornecendo recursos substanciais às comunidades para conquistar sua simpatia, incluindo o financiamento da celebração de festas religiosas. Isso criou uma profunda divisão entre a população local e dentro das próprias comunidades cristãs, que persiste até hoje (a empresa de mineração continua tentando oferecer dinheiro às comunidades locais e à Igreja). Nesse contexto, a Igreja em Atacama continua ao lado da sociedade civil por meio de diversas iniciativas que visam destacar a necessidade de priorizar a proteção ambiental em detrimento dos benefícios econômicos prometidos pelo projeto.

Uma característica marcante da resposta da Igreja ao projeto Pascua Lama foi o envolvimento progressivo dos diferentes níveis da Igreja. O que começou como uma iniciativa local dentro de uma única paróquia evoluiu para uma iniciativa de decanato (envolvendo todas as paróquias do Vale) e, por fim, tornou-se diocesana, com o próprio bispo liderando as ações. Em outras palavras, foi a própria comunidade que levou seus pastores a organizar uma resposta estruturada. Por sua vez, os pastores merecem reconhecimento por se deixarem desafiar e informar por suas comunidades. Isso levou ao envolvimento total de toda a comunidade eclesial, dos paroquianos ao bispo, como um corpo coeso.

¹⁴ As novenas são uma prática católica tradicional na qual as pessoas rezam orações especiais (a Maria ou aos santos padroeiros) todos os dias durante nove dias. Devido ao grande número de comunidades católicas em áreas rurais sem presença permanente de clérigos ou freiras, as atividades pastorais nesses locais tendem a se concentrar durante as novenas, que ocorrem em diferentes comunidades em diferentes épocas do ano. O padre local permanece no local durante a preparação e a celebração da Festa Patronal. Dessa forma, uma vez por ano, as atividades pastorais se concentram e permitem que as pessoas se reúnam e interajam entre si.

Houve também um esforço proativo para colaborar com organizações seculares, grupos da sociedade civil e outras denominações religiosas, incluindo as comunidades indígenas da região (os Diaguitas). Essa mobilização ampla baseou-se na convicção de que todos os habitantes do Vale compartilhavam uma preocupação comum de que seu modo de vida fosse prejudicado pelo projeto Pascua Lama. Dessa forma, desde o início, a Igreja Católica buscou colaborar com todas as outras iniciativas em andamento no Vale para proteger as fontes de água ameaçadas pelo projeto de mineração. Esse acompanhamento por parte dos pastores da Igreja Católica permitiu que as comunidades locais não se sentissem sozinhas e as fez sentir-se parte de uma rede mais ampla de pessoas preocupadas com a salvaguarda das geleiras e com o que o Papa Francisco chamaria de “nossa casa comum”, o planeta Terra. Eles também ajudaram as comunidades católicas locais a nomear o que estavam vivendo: uma ferida na Criação e na vida de seus irmãos e irmãs, que viam seus meios de subsistência ameaçados. Esse esforço para ir além dos limites da comunidade cristã foi uma marca registrada da abordagem de acompanhamento que a diocese de Copiapó decidiu adotar.

Documentação e Comunicação

Conforme mencionado na introdução, e como é típico da mineração em geral, a atividade mineradora no Chile ocorre em áreas remotas e de difícil acesso. A Igreja local trabalhou com organizações da sociedade civil para documentar e conscientizar sobre os danos que o projeto acarretava. Por exemplo, colaboraram na análise da água dos rios para detectar poluentes e na realização de inspeções in loco para documentar o que estava acontecendo nas altas montanhas, particularmente as condições das geleiras e das zonas úmidas, que estavam sendo prejudicadas pelas atividades de exploração e construção da Barrick Gold.

O trabalho do escritório de comunicação da diocese foi particularmente notável. Ele serviu como principal canal para divulgar a oposição da Igreja ao Pascua Lama, os motivos dessa oposição e as medidas que estava tomando para impedi-lo. Havia atualizações regulares publicadas no site da Conferência Episcopal do Chile sobre as atividades da Igreja em relação ao projeto. Por exemplo, foi publicada uma carta aberta amplamente divulgada, assinada pelos padres e religiosos do Vale do Huasco, intitulada “O homem não vive só de pão”, dirigida a todos os moradores do vale (CEC, 2005). Além disso, a diocese também criou uma nova estação de rádio, a Rádio Profeta, em 2001, em Freirina, que cobria todo o Vale do Sul. Ela continua em operação até hoje. O rádio é um meio de comunicação com alcance significativo nas comunidades locais, especialmente nas rurais, já que geralmente não há muitos veículos de mídia locais nessas áreas. Jornais ou canais de televisão nacionais raramente noticiam com detalhes o que está acontecendo nas pequenas comunidades. A criação da Rádio Profeta garantiu que as informações fluíssem continuamente e chegassem a todos.



Em menor escala, a Igreja local também participou da divulgação de informações por meio de folhetos e outros materiais impressos. Isso manteve a população informada sobre o desenrolar da disputa com a Barrick Gold e sobre as diversas atividades organizadas em oposição ao projeto. Essa divulgação de informações, como era de se esperar, encontrou forte oposição da empresa de mineração, que dedicou vastos recursos a uma campanha de comunicação agressiva, destacando os benefícios do projeto. Os dados coletados e divulgados pelos trabalhadores em colaboração com outros ativistas ambientais, apoiados pela infraestrutura de comunicação da Igreja, ajudaram a neutralizar essa ofensiva de comunicação da empresa de mineração.

Como costuma ocorrer em conflitos socioambientais relacionados à mineração, também houve formas de assédio dirigidas àqueles que se opunham ao projeto, incluindo padres e freiras. Eles relataram casos de esvaziamento dos pneus

dos veículos, tornando-os inutilizáveis, ou a emissão de ruídos perturbadores nas proximidades das residências dos padres e freiras nas primeiras horas da manhã. Também houve ofertas de dinheiro para comprar o silêncio. Em resumo, a Igreja disponibilizou sua infraestrutura e capacidade de comunicação para salvaguardar a Criação. Isso conseguiu unir as comunidades rurais, que muitas vezes são mal organizadas devido à sua dispersão geográfica.

Educação e capacitação

A sensibilização para as consequências ecológicas do projeto Pascua Lama não foi suficiente. Também foi necessário destacar as razões subjacentes pelas quais era imperativo proteger o meio ambiente (fontes de água, neste caso) diante de imensos danos potenciais, que já haviam se manifestado em incidentes como os descritos acima. Nesse contexto, a criação da já mencionada pastoral para a salvaguarda da Criação dentro das estruturas diocesanas foi fundamental. Assim como todo esse processo, essa iniciativa surgiu da base, dos agentes pastorais, especialmente das religiosas, diretamente envolvidas com as comunidades na área afetada pela mineração. Em outras palavras, a pastoral para a salvaguarda da Criação foi o nome que permitiu definir e identificar a natureza do trabalho pastoral já em andamento.

Os agentes pastorais rapidamente começaram a realizar suas próprias pesquisas sobre os fundamentos teológicos para a defesa do meio ambiente, de forma acessível aos fiéis católicos e que os conscientizasse sobre a ameaça que pairava sobre eles. Para isso, recorreram não apenas à Sagrada Escritura, mas também aos documentos do Magistério da Igreja que abordavam o cuidado com o meio ambiente. Isso ocorreu antes da publicação da encíclica do Papa Francisco *Laudato Si': Sobre o Cuidado da nossa Casa Comum*, publicada em 2015, quando a preocupação ecológica da Igreja ganhou destaque público. Já havia uma coleção de textos magisteriais para fundamentar a ação da Igreja em relação ao projeto Pascua Lama. Entre eles estava o *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, publicado em 2004 pelo então Pontifício Conselho para a Justiça e a Paz, e que contém um capítulo sobre a salvaguarda do meio ambiente (PCJP, 2004, capítulo 10). Havia também textos voltados para o direito à água, como a Mensagem do Papa João Paulo II à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil para a campanha quaresmal de 2004, intitulada “Água, Fonte de Vida” (João Paulo II, 2004). E o Documento de Aparecida, publicado em 2007 como resultado de uma reunião do Conselho Episcopal para a América Latina e o Caribe, dedicou muitos parágrafos ao meio ambiente (CELAM 2007, par. 470-475).

Como a preocupação central era a questão da água (devido aos danos às geleiras e à poluição do rio Huasco), o texto de João Paulo II sobre o assunto teve um impacto particular. Além disso, a questão da água também estava no cerne de outras disputas ambientais, como a que envolve a barragem de Hidroaysén, no sul do Chile.¹⁵ A carta pastoral do bispo de Aysén, Dom Luigi Infanti, dedicada à proteção das fontes hídricas (Infanti, 2008), também teve um impacto particularmente forte como contribuição para o caso Pascua Lama. O próprio Dom Infanti visitou a diocese de Copiapó em várias ocasiões para compartilhar suas reflexões com a comunidade eclesial da região de Atacama.

Assim, com base nessas fontes, os agentes pastorais se propuseram a inspirar um compromisso com a proteção do meio ambiente a partir de uma perspectiva da fé católica. Os principais fóruns de formação foram as homilias (o projeto Pascua Lama e seus impactos ecológicos foram um tema recorrente na pregação), especialmente durante eventos que atraíam grandes multidões, como as novenas para as festas patronais. Também foram redigidas cartas públicas, como as mencionadas acima, nas quais as motivações para se opor ao projeto foram expostas com rigor e concisão. Os programas de catequese, particularmente a catequese familiar sobre a iniciação à vida eucarística — que, no Chile, envolve toda a família e não apenas as crianças —, também foram ocasiões em que o tema da salvaguarda da Criação foi abordado. O que começou como uma iniciativa de um pequeno grupo de agentes pastorais evoluiu para uma iniciativa em nível diocesano que envolveu toda a Igreja do norte do Chile e além.

Os religiosos e religiosas do país, organizados na Conferência Nacional de Religiosos e Religiosas do Chile (CONFERRE), também foram uma grande fonte de apoio para as freiras locais. Eles participavam ativamente e apoiavam o trabalho pastoral local. Sua presença em eventos como missas e sessões de capacitação foi particularmente simbólica.

¹⁵ Para uma análise da mobilização social em torno da barragem de Hidroaysén, consulte Schiappacasse et al. (2024).

Infelizmente, houve pouco apoio por parte da Conferência Episcopal do Chile, além de disponibilizar seu site para a divulgação de informações. Com exceção da colaboração do bispo Infanti, da diocese de Aysén, na Patagônia, os bispos chilenos nunca fizeram qualquer declaração nem expressaram publicamente seu apoio ao então bispo da diocese de Copiapó, Gaspar Quintana. Esse é mais um elemento que ilustra a natureza profética da ação pastoral de base, neste caso, da mobilização “de baixo para cima” (embora facilitada por declarações de bispos de outras regiões, como o CELAM e a campanha quaresmal da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil sobre a água, mencionada acima).

Lamentavelmente, a região de Atacama carece de instituições de ensino superior sólidas, pelo menos em comparação com as encontradas em outras partes do país. E também não há presença do ensino superior católico. No entanto, em colaboração com outras organizações da sociedade civil, foram organizadas diversas atividades educacionais em grande escala para o público, como palestras ministradas por cientistas, particularmente glaciologistas, dada a centralidade da questão da água. O objetivo era alcançar os setores mais instruídos da sociedade para conscientizá-los sobre o problema ambiental. A colaboração com o Observatório Latino-americano de Conflitos Ambientais (OLCA) foi fundamental.

Em menor escala, a colaboração com jovens profissionais de destaque também foi significativa. Por meio do programa *Servicio País*,¹⁶ jovens dedicam alguns anos para exercer sua profissão em áreas mais remotas e com menos recursos humanos. Muitos dos que, como “”, foram designados para a região de Atacama participaram com grande entusiasmo das diversas iniciativas de capacitação em gestão ambiental. Não houve, no entanto, colaboração com instituições de ensino superior católicas do país, apesar de algumas delas possuírem considerável expertise em questões ecológicas, como a Pontifícia Universidade Católica do Chile ou a Universidade Católica do Norte.

Por parte do Centro Ecumênico Diego de Medellín,¹⁷, houve um acompanhamento parcial do caso. O Centro publicou artigos curtos sobre o caso Pascua Lama em sua revista (a *Revista de Pastoral Popular*), para a qual a comunidade católica contribuiu a fim de divulgar informações e educar o público em geral sobre as consequências ecológicas do projeto Pascua Lama.

Em resumo, com os recursos limitados à sua disposição e por meio da autogestão, a Igreja em Atacama mobilizou suas iniciativas educacionais para abordar os impactos ecológicos das atividades de mineração da Barrick Gold. Conseguiu colaborar com outras organizações da sociedade civil, permitindo que os fiéis católicos recebessem treinamento sobre cuidados ambientais, bem como informações especializadas sobre o caso.

Defesa dos direitos

O marco jurídico ambiental do Chile compreende uma série de processos destinados a garantir o respeito aos direitos ambientais. Em 2010, o marco institucional ambiental do Chile foi significativamente fortalecido quando a Lei 20-147 criou o Serviço de Avaliação Ambiental (*Servicio de Evaluación Ambiental*) e a Superintendência do Meio Ambiente (*Superintendencia del Medio Ambiente*, SMA). Essas entidades substituíram a antiga Comissão Nacional do Meio Ambiente, que estava em funcionamento na época da aprovação inicial do projeto, em 2006. Essa nova estrutura institucional e jurídica ambiental explica, em certa medida, por que o projeto acabou sendo encerrado.

Para realizar um projeto de mineração, é necessária, em primeiro lugar, uma concessão de direitos; no caso de Pascua Lama, essa concessão foi obtida em 1994. No entanto, por se tratar de um projeto transfronteiriço, ele também era regido por um tratado entre o Chile e a Argentina de 1997 e por um Protocolo Adicional Específico de 2004, conforme mencionado na seção 2.

¹⁶ O *Servicio País* é um programa de voluntariado financiado com recursos privados que busca atrair talentos para o serviço público em áreas rurais, recrutando jovens profissionais que trabalham no serviço público após concluírem a graduação.

¹⁷ O Centro Diego de Medellín é uma associação cristã engajada em trabalhos de justiça social e atividades de conscientização sobre diferentes questões de justiça social.

Como primeira etapa do processo de exploração, qualquer projeto de mineração em grande escala no Chile requer uma Avaliação de Impacto Ambiental (AIA). Conforme mencionado acima, foi esse documento, aprovado em 2001, que suscitou as preocupações da comunidade e se revelou o instrumento decisivo que sustentou a oposição ao projeto. Por esse motivo, uma das primeiras ações tomadas pelas comunidades locais foi acompanhar de perto a AIA da empresa, exigida por lei.



O projeto estava localizado nas terras ancestrais do povo Diaguita, um grupo indígena. Na época da EIA, em 2001, esse reconhecimento ainda não havia sido concedido; isso ocorreria posteriormente, em 2006, por meio da Lei 20.117 (Gajardo, 2014, 75). Por não serem reconhecidos como indígenas, eles não haviam sido formalmente consultados, conforme exigido pela Convenção 169 da OIT (adotada em 1989, mas ratificada pelo Chile em 2008). As comunidades Diaguita participaram formalmente das etapas posteriores do processo. Assim como toda a população do Vale, elas também estavam, no entanto, divididas. Portanto, a questão dos direitos ancestrais não teve peso suficiente como instrumento jurídico para interromper o projeto. Mas, apesar dessa divisão, foram as comunidades diaguita, apoiadas pela Igreja local, que obtiveram a primeira vitória jurídica contra a Barrick Gold em 2012, a saber, um pedido de proteção perante o Tribunal de Apelação de Copiapó. Na sequência desse recurso, deferido pelo Tribunal na sentença nº 300/2012, as obras de construção da mina foram suspensas pela primeira vez. Vale ressaltar que a decisão não se baseou no reconhecimento ou na possível violação dos direitos ancestrais, mas nos danos ambientais causados pelo projeto.

Durante esse período de batalha jurídica, que se estendeu principalmente de 2012 até o fechamento definitivo da mina em 2020, a pastoral pela salvaguarda da Criação da diocese e a Assembleia da Água de Guasco Alto – que contou com a participação de agentes pastorais ao longo de todo o processo – participaram desde o início de diversas ações judiciais em diferentes instâncias. Essa participação foi apoiada, sustentada e endossada pela Igreja de Atacama e foi concebida como uma ação eclesial por si só. Foi uma expressão de solidariedade e uma forma de compartilhar as preocupações e lutas das pessoas a quem a Igreja serve. Em novembro de 2013, o bispo de Copiapó, Dom Quintana, prestou depoimento perante a Comissão de Inquérito da Câmara dos Deputados do Chile a respeito do projeto Pascua Lama. Ele enfatizou que, “De acordo com os princípios da doutrina social da Igreja, a Natureza não pode ser reduzida a um mero instrumento, para ser manipulada e explorada” (Câmara dos Deputados da República do Chile, 2014, 71).

No entanto, os gestos simbólicos mais poderosos de resistência não violenta não ocorreram naquele momento em 2013. Eles atingiram seu auge de intensidade no final da década de 2000, bem antes de as ações judiciais começarem a surtir algum efeito. Contudo, a mobilização da sociedade civil foi um fator importante para a vitória jurídica subsequente, levando a questão ao conhecimento da opinião pública local e nacional.

Resistência civil não violenta

Clérigos, religiosos e católicos leigos em geral estiveram ativamente envolvidos nas ações da sociedade civil. Eles participaram, protestaram e ajudaram outros a se mobilizar. A resistência civil assumiu principalmente a forma de diversas ações de protesto destinadas a atrair grandes multidões, particularmente missas realizadas em locais emblemáticos, como em Chollay, a última aldeia do Vale, em 2006. Houve também marchas, que muitas vezes culminavam em cerimônias litúrgicas e atraíam centenas, e às vezes milhares, de pessoas. A liturgia também foi enriquecida por uma linguagem simbólica em relação ao projeto Pascua Lama. A água era apresentada como oferenda na forma de gelo para destacar a importância crucial das geleiras para a vida. Uma bandeira verde e branca era hasteada durante as marchas para simbolizar tanto a terra quanto a água em seu estado congelado. Como reconhecem Cortez e Maillet (2018, 15), as pessoas envolvidas nos protestos estavam “fundamentalmente ligadas à Igreja Católica”.

Em 2007, um grande grupo de padres e freiras da província de Huasco, na diocese de Copiapó, divulgou uma declaração pública intitulada “Pelo Deus da Vida, a serviço da Vida”, que foi publicada no site da Conferência Episcopal (CEC, 2007). Um dos momentos mais significativos, que também recebeu ampla cobertura da mídia, foi uma marcha da ponte sobre o rio Copiapó, na cidade de Copiapó, até a catedral diocesana, em 5 de agosto de 2008. Em sua homilia durante a missa, o bispo Quintana mencionou, citando o documento de Aparecida e João Paulo II, que os projetos de mineração que prejudicam a Criação e os seres humanos devem ser rejeitados. A pastoral diocesana para a salvaguarda da Criação também realizou diversas atividades relacionadas ao Dia Mundial da Água, instituído pela ONU em 1993, como forma de defender o direito à água, um recurso tão precioso em um ambiente desértico como o de Atacama.

Seguindo a tradição chilena de protesto pacífico, os murais d¹⁸ e também foram utilizados como forma emblemática de conscientização sobre a causa ambiental. No início dos anos 2000, um mural comunitário, projetado pelo artista Víctor Pacha e dedicado ao Vale e à Virgem do Carmen, padroeira da cidade, foi pintado na fachada da Igreja de Alto del Carmen (Luna, Padilla e Alcayaga, 2004). Na parte inferior, utilizando tons de preto e escuros, o mural retratava a atividade mineradora como uma ameaça mortal ao Vale.

Nesse contexto de resistência não violenta, não se pode ignorar o que tem sido coloquialmente chamado de “décimo primeiro mandamento da Diocese de Copiapó”. Trata-se da decisão, endossada e promovida pelo bispo Quintana, de que a Igreja não deve aceitar dinheiro de empresas de mineração. Conforme mencionado acima, é uma estratégia comum das empresas de mineração no Chile (e em outros lugares) doar grandes somas de dinheiro às comunidades locais para conquistar sua simpatia. Entre elas, as igrejas costumam ser as destinatárias preferidas das empresas. O dinheiro é doado para a reforma de locais de culto, salões paroquiais, instituições educacionais ou outras infraestruturas da Igreja. Em uma diocese pobre como a da região de Atacama, onde a mineração é a atividade econômica mais próspera, recusar uma doação de uma empresa de mineração implica um alto grau de heroísmo e é praticado com notável consistência pelo clero.

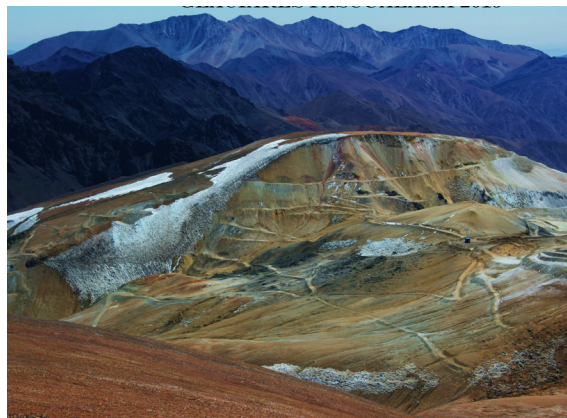
Vale a pena lembrar dois episódios a esse respeito. O primeiro é a recusa de uma doação de US\$ 800.000 da Barrick Gold a uma congregação religiosa para a construção de um lar de idosos em Vallenar. A empresa de mineração entrou em contato com a congregação e anunciou publicamente a doação, mas o bispo Quintana emitiu uma ordem categórica à comunidade religiosa: se aceitassem a doação, teriam que deixar a diocese.¹⁹ Outro caso significativo, que também reflete a divisão dentro da Igreja sobre essa questão, foi a campanha promovida pelo capelão da organização “Un Techo Para Chile” (atualmente Techo), que constrói moradias em áreas marginalizadas. A Barrick Gold ofereceu grandes somas de dinheiro para o projeto e chegou a providenciar uma visita do capelão ao Vale do Huasco para falar aos católicos sobre os benefícios do projeto. A Igreja em Atacama respondeu de forma unânime. Primeiro, uma delegação da Igreja se reuniu em Santiago com o superior do capelão, solicitando que ele não se envolvesse. Em seguida, após as críticas públicas do capelão, eles divulgaram uma carta aberta expressando sua oposição à promoção do projeto de mineração por parte dele e à discrepância com a posição oficial da diocese sobre o assunto.

Essa postura eclesial não é apenas uma condenação pública dos danos ambientais causados pela atividade mineradora, mas também destaca como os conflitos de interesse agravam significativamente a tensão entre os interesses econômicos e a gestão ambiental. Em muitos setores econômicos, os conflitos de interesse podem comprometer a validade da pesquisa, da coleta de dados e da divulgação de informações sobre danos ambientais, tornando-os um fator perturbador que deve ser abordado de forma ativa. Nesse sentido, a proibição de que atores da Igreja recebam dinheiro de empresas de mineração – o “décimo primeiro mandamento de Atacama” – funciona principalmente como uma salvaguarda contra tais conflitos de interesse, preservando a credibilidade e a independência daqueles que falam em nome das comunidades

¹⁸ Murais são pinturas feitas em espaços públicos, especialmente paredes ou fachadas, muito comuns no Chile como forma de chamar a atenção para questões sociais. Trata-se de uma mistura entre arte e protesto público.

¹⁹ Organizações que defendem o Vale do Huasco redigiram uma carta aberta ao bispo de Talca, de cuja jurisdição dependia a congregação em questão, pedindo-lhe que obrigasse a congregação a rejeitar o dinheiro. O texto detalha o valor envolvido, US\$ 800.000 (que é praticamente o montante total necessário para a construção do projeto), e menciona explicitamente a oposição do bispo Quintana (Comunidades do Vale do Huasco, 2012).

e dos ecossistemas afetados. Se isso constitui uma forma de resistência depende de quão amplamente se defina o termo. No sentido estrito, recusar doações de terra não é um ato de resistência em si mesmo: trata-se de uma medida preventiva, não de um desafio direto às operações de mineração. Em um sentido mais amplo, porém, ao isolar os atores da Igreja da captura econômica, ela cria as condições de independência necessárias para uma defesa genuína e, nesse aspecto, pode ser entendida como uma pré-condição estrutural para a resistência não violenta à implantação de projetos de mineração, mesmo que não constitua, por si só, tal resistência.



4. Reflexões finais

Enquanto este estudo de caso estava sendo redigido (maio de 2026), a Barrick Gold lançou uma nova tentativa de reativar o projeto. A empresa apresentou um novo pedido de avaliação ambiental ao Serviço de Avaliação Ambiental para um novo projeto na mesma área, denominado “El Alto” (BN Americas, 2026). Isso serve como um lembrete de que um projeto de mineração nunca é interrompido de uma vez por todas. Os interesses econômicos que impulsionam os projetos de mineração são tão grandes que é necessário um estado constante de vigilância.

Ao contrário da Igreja Católica em alguns outros países (como na Colômbia ou nas Filipinas, nesta coleção de estudos de caso), a Igreja chilena não possui histórico de posições oficiais ou claramente articuladas sobre a mineração, por motivos detalhados na primeira seção. Isso confere ao caso Pascua Lama um significado ainda maior em termos da ação profética empreendida pela Igreja e constitui uma justificativa fundamental para a seleção deste estudo de caso. Literalmente, a comunidade católica em Atacama era, e ainda é, uma “voz que clama no deserto” (João 1,23).

A oposição da Igreja em Atacama implicou uma luta desigual não apenas contra o poder econômico da indústria de mineração, mas também contra o poder político que agia de forma monolítica em defesa do projeto de mineração. Aproveitando-se de um marco regulatório ambiental que ainda não estava totalmente estabelecido e, acima de tudo, da promessa de geração de empregos e desenvolvimento econômico da região, os políticos apoiaram firmemente o projeto Pascua Lama, assim como geralmente apoiam todos os outros projetos de mineração no Chile. Nesse caso, os danos ambientais eram tão evidentes e flagrantes que o Poder Judiciário, especificamente os tribunais ambientais, não teve outra escolha a não ser reconhecer que os custos ambientais excediam o permitido por lei. A violação do direito à água foi a questão mais grave e marcante, especialmente em uma área desértica.

É provável que a Barrick Gold tenha depositado confiança excessiva no amplo e contínuo apoio da sociedade chilena e do Estado às atividades de mineração. Em sua estratégia de comunicação, a empresa sustentou que era possível realocar geleiras. Isso vai contra não apenas as evidências científicas, mas também o bom senso da maioria das pessoas. Em um vale que depende tão fortemente da agricultura para sua subsistência e onde há tanta sensibilidade em relação ao valor da água, o direito à água tornou-se o principal argumento para a proteção ambiental e a oposição à mineração. A inviolabilidade das geleiras tornou-se um princípio inalienável que também deve ser defendido contra outros projetos de mineração na região.

Conforme tem sido consistentemente enfatizado nas seções acima, a ação da Igreja em Atacama foi construída a partir da base. A escuta do povo do Vale do Huasco e a caminhada conjunta dos pastores com as populações locais permitiram o desenvolvimento de uma consciência ampla e profunda do valor da água como fonte de vida e, conseqüentemente, da Criação como um dom de Deus. A partir dessa escuta do clamor do povo e da Palavra de Deus, foi estruturada uma campanha coordenada e abrangente, permitindo que a questão da água, levantada pelo projeto de mineração, permeasse profundamente a região. A mobilização envolveu diversos atores em vários níveis e muitas formas, mas sua natureza

orgânica deve ser destacada, conforme refletido no compromisso ativo da Igreja em Atacama, cada pessoa a partir de suas próprias circunstâncias de vida e situações pessoais, desde o leigo até o bispo.

A partir da narrativa da seção anterior, é possível discernir várias fases, que culminaram na vitória jurídica que levou ao encerramento do projeto. Inicialmente, o ponto-chave foi ouvir a terra e as pessoas a quem a Igreja serve — neste caso, os agricultores do Vale do Huasco. De fato, como observado, foi difícil superar o preconceito a favor da mineração, profundamente enraizado na sociedade chilena, especialmente no norte do Chile. Uma vez compreendido o valor da Criação e a necessidade de defendê-la contra a ameaça de Pascua Lama, o que se seguiu foi um esforço lento, silencioso e frutífero para dizer a verdade sobre os danos ambientais causados pelo projeto. Foram realizadas pesquisas não apenas sobre os fatos (como o impacto nos sistemas hídricos), mas também sobre os fundamentos teológicos e éticos da salvaguarda do meio ambiente, o que possibilitou uma resposta pastoral sólida e convincente. A pastoral pela salvaguarda da Criação, que, em certo sentido, incorpora em uma única iniciativa o que foi o trabalho pastoral da Igreja em Atacama, foi construída a partir da base e só posteriormente adquiriu a coerência e o espírito profético que a caracteriza.

A pastoral para a salvaguarda da Criação nunca foi concebida como uma realidade puramente intra-ecclesial e uma organização diocesana. Desde o início, esteve aberta ao restante da sociedade civil e proporcionou um marco para a formação de alianças que foram importantes para a decisão judicial final em 2020. Inicialmente, essa formação de alianças visava garantir que a mobilização social expressasse visivelmente o descontentamento generalizado diante da ameaça de danos ambientais. Posteriormente, fortaleceu os processos educacionais e jurídicos. Como destaca Marín (2025, 150), quando as instituições jurídicas se mostram receptivas às preocupações ambientais, como neste caso, essa é a maneira mais eficaz de proteger as geleiras e as fontes hídricas da região. A construção de redes foi fundamental para a eficácia da ação pastoral em prol da salvaguarda da Criação, que continua até hoje.

A natureza orgânica da ação da Igreja também ficou evidente na ausência de figuras autoritárias que agissem de forma isolada ou criassem divisões dentro da comunidade eclesial. Cada pessoa desempenhou o papel exigido em cada momento: os diversos párocos que atuaram em Alto del Carmen durante a mobilização, as freiras e os próprios leigos, que passaram por um processo de renovação ao longo do tempo. Pessoas mudavam de paróquias, e freiras e padres eram designados para outros locais; os rostos mudavam, mas a comunidade permanecia, independentemente da intensidade variável do conflito em diferentes momentos.

Além da estreita colaboração e do forte trabalho em rede com organizações da sociedade civil, a ação da Igreja também teve um alcance ecumênico. Embora não haja presença marcante de outras comunidades cristãs no Vale, houve uma estreita aliança com a comunidade presbiteriana. Por essa razão, na fase final da mobilização contra Pascua Lama, o trabalho da Igreja passou a fazer parte da Assembleia do Vale do Huasco, um coletivo que liderou a resistência social ao projeto.

Há um aspecto das respostas católicas à mineração sugerido no *Marco para Reflexão, Planejamento e Ação* (Montevecchio e Deneulin, 2025) que não foi explicitamente abordado pela comunidade católica do Vale do Huasco, e este estudo de caso poderia servir a esse propósito, a saber, a autoavaliação crítica. Os membros da comunidade com quem o autor deste estudo conversou expressaram grande satisfação com o que havia sido alcançado. Eles também transmitiram uma sensação de complacência, situando a mobilização no passado e agora desfrutando de seus sucessos. Mas, como era de se esperar, há e haverá novos projetos de mineração na diocese, e, por essa razão, parece essencial permanecer vigilante e não desperdiçar a experiência adquirida e as lições aprendidas durante a oposição a Pascua Lama.

Independentemente do desfecho do projeto Pascua Lama, este estudo de caso reflete a tensão inerente entre a transformação tecnológica da natureza — da qual a mineração é uma das formas mais incisivas — e o cuidado com a Criação. Nesse sentido, vale a pena considerar se a atividade mineradora, pelo menos a de grande escala, pode ser descrita como intrinsecamente desordenada, ou se é possível fazer uma distinção entre mineração responsável e irresponsável.²⁰

²⁰ Nesse sentido, a contribuição do documento “Orientações Pastorais das Igrejas Católicas sobre Mineração” (CELAM, 2025) é particularmente digna de destaque.

A mineração não pode ser considerada isoladamente dos processos de produção e consumo, como enfatizaram os bispos da África, da América Latina e da Ásia em sua mensagem conjunta para a COP30 (CELAM, FABC e SECAM, 2025). Embora seja necessária uma reflexão profunda e abrangente para aprofundar os critérios que devem orientar a governança do poder tecnológico humano, é preciso levantar essa questão para que a relação entre a Igreja e a mineração possa aliar o desenvolvimento integral da pessoa humana ao cuidado da Criação, conforme nos propôs o Papa Francisco com base no conceito de ecologia integral, desenvolvido na *Laudato Si'*. Também recentemente, em sua primeira encíclica **Magnífica Humanitas**, publicada em maio de 2026, o Papa Leão XIV manifestou preocupações com a mineração, uma vez que ela fornece a base material para o desenvolvimento da inteligência artificial (Leão XIV, 2026, 101); portanto, devemos esperar que a corrida por minerais críticos continue a impulsionar novas atividades de mineração em todo o mundo.

Referências

- Alcántara Rojas, D. 2023. “O Evangelho do padre operário: Justiça social, ressignificação e catolicismo no Chile (1960-1990).” *Cuadernos Judaicos* 41:145–169.
- Bórquez, R. et al. 2006. *Geleiras chilenas. Reservas estratégicas de água doce para a sociedade, os ecossistemas e a economia*. Santiago do Chile: LOM Ediciones
- BN Americas. 2026. “[A Barrick retoma a exploração perto da mina El Indio, no Chile, e do antigo projeto binacional Pascua Lama](#).” 16 de maio de 2026.
- Câmara dos Deputados da República do Chile. 2014. *Relatório da comissão especial de investigação sobre a situação ambiental em que se encontram os municípios do Vale do Huasco, na região de Atacama, devido às obras de instalação do projeto Pascua Lama*.
- Cardemil, M. 2023. “[Impactos socioeconômicos da mineração no Chile](#).” Biblioteca do Congresso Nacional do Chile, *Série Relatórios* n.º 04-23.
- Castro, L. 2005. “A questão social e a visão da Igreja Católica de Tarapacá por meio do semanário ‘Las Cuestiones Sociales’.” *Revista de Ciências Sociais* 15: 66-89.
- CEC (Conferência Episcopal do Chile). 2005. “[Não só de pão vive o homem](#).” 28 de maio de 2005.
- CEC. 2007. “[Pelo Deus da Vida, a serviço da vida](#).” 30 de abril de 2007.
- CELAM (Conferência do Episcopado Latino-Americano e do Caribe). 2007. *Documento Conclusivo de Aparecida*, <https://www.celam.org/aparecida/Espanol.pdf>
- CELAM. 2025. *Orientações Pastorais das Igrejas Católicas diante da Mineração*.
- CELAM (Conferência do Episcopado Latino-Americano e do Caribe); SECAM (Simpósio das Conferências Episcopais da África e de Madagascar); FABC (Federação das Conferências Episcopais da Ásia). 2025. *Um apelo pela justiça climática e pela Casa Comum: conversão ecológica, transformação e resistência às falsas soluções*.
- CODELCO (Corporação Nacional do Cobre do Chile). 2023. *O Chile e o Cobre: Uma História Entrelaçada*.
- Comunidades do Vale do Huasco. 2012. “[No Vale do Huasco, a Igreja não recebe dinheiro da Barrick Gold](#).” 12 de julho de 2012.
- Cortez, M. e A. Maillet. 2018. “Trajetória multinível de uma coalizão promotora e de incidência na agenda política nacional. O caso do conflito de Pascua Lama e da lei dos glaciares no Chile.” *Colombia Internacional* 94: 3-25.
- Fundação Chile. 2021. *Estudo sobre a Força de Trabalho da Grande Mineração Chilena 2021-2030*.
- Gajardo, A. 2014. “Etnicidade, ressurgimento indígena e conflito minerador. O projeto Pascua Lama, [o Estado] e o processo de reetnificação dos Diaguitas do Alto Huasco, no Chile.” *Anuário do Conflito Social* 4: 73-105.
- Heikkinen, A. 2025. “[Empresas de mineração estão bombeando água do mar para o lugar mais seco da Terra. Mas o dano já está feito?](#)” *The Guardian*, 17 de julho de 2025.
- Herr, L. 2021. “As geleiras e Pascua Lama: Ascensão e declínio do primeiro projeto desenvolvido no âmbito do tratado de integração e complementaridade mineradora entre o Chile e a Argentina.” *Justiça ambiental e climática* 13: 163-196.
- Infanti, L. 2008. “Carta Pastoral. Dê-nos hoje a água do dia a dia”, Coyhaique.
- João Paulo II. 2004. “[Água, fonte de vida](#)”. Mensagem aos fiéis brasileiros por ocasião da Campanha da Quaresma de 2004

- da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.
- Leão XIV. 2026. **Magnífica Humanitas: Sobre a Proteção da Pessoa Humana na Era da Inteligência Artificial**.
- Lezak, S. et al. 2023. "The Case against Gold Mining". *Environmental Research Letters* 18:011001.
- Luna, D., C. Padilla e J. Alcayaga. 2004. "O Exílio do Condor. Hegemonia transnacional na fronteira. O tratado de mineração entre o Chile e a Argentina." OLCA.
- Marín, A. 2025. "civis à mineração: impulsionando transições energéticas justas na Argentina e no Chile." *IDS Bulletin* 56(2): 147-174, Instituto de Estudos de Desenvolvimento de Sussex
- Meller, P. e A. Meller. 2021. *A Empresa Nacional de Mineração (ENAMI) do Chile: Modelo e Boas Práticas para Promover a Sustentabilidade da Mineração de Pequena Escala e Artesanal*, Santiago do Chile: CEPAL.
- Minería y Futuro. 2025. "dos mineiros quase duplicam a média nacional e projeta-se um aumento até 2030 ." 24 de setembro de 2025.
- Montevecchio, C. e Deneulin, S. 2025. *Abordagens católicas à mineração: um quadro para reflexão, planejamento e ação*. Universidade de Notre Dame. Relatório.
- PCJP (Pontifício Conselho para a Justiça e a Paz). 2004. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*.
- Pérez, M. et al. 2024. *Bofedales em risco: investigando o impacto das mudanças climáticas e das atividades humanas nas turfeiras andinas de alta altitude por meio de imagens de satélite*.
- Recabarren, C. 2026. "A Minera Candelaria completa 31 anos e projeta operações até 2040 na Região de Atacama, em Redimin." *Revista Digital de Mineração*. 9 de março de 2026.
- Rodríguez, J.C., C. Ortiz e C. Broitman. 2020. "Chile: um país minerador. Licença social e espaços de discurso nos conflitos socioambientais no Chile." *Revista Izquierdas* 49: 2900–2920.
- Salinas, B. e R. Karmy. 2009. *Pascua-Lama: O Conflito Armado nas Nossas Costas*. Santiago do Chile: Quimantú.
- Schiappacasse, I. et al. (2024). "Conflitos sociais em torno do uso dos recursos hídricos no Chile: o papel dos movimentos sociais e do poder empresarial." *Oxford Development Studies*, 52(4): 381–395.
- Sepúlveda, A. 2022. "É verdade que o lítio substituiu o cobre como o que mais contribui para o fisco?" *Rádio Pauta*. 18 de novembro de 2022.
- SONAMI e El Mercurio. 2012/3. "Chile, País Mineiro: Extraíndo o Melhor de Nós."
- Urkidi, L. 2008. "Anti-Mineros: El Caso de Pascua-Lama en Chile ." *Revibec: Revista da Rede Ibero-Americana de Economia Ecológica* 8: 63-77.
- Serviço Geológico dos Estados Unidos. 2025. *Resumos de Produtos Minerais 2025: Ouro*.
- Valdivieso, P. 1999. "'Questão Social' e Doutrina Social da Igreja no Chile (1880-1920): Ensaio histórico sobre o estado da pesquisa." *Historia (Santiago)* 32(1): 553–573.

Citação recomendada

Borgoño, Cristián (2026). "O Projeto Pascua Lama, Diocese de Copiapó, Chile". En Severine Deneulin e Caesar Montevecchio (coord). *Abordagens Católicas à Mineração: Estudos de Casos*. University of Notre Dame y Laudato Si' Research Institute, Campion Hall, University of Oxford. <https://doi.org/10.7274/33209172>

Créditos das fotos

Todas as fotos desta matéria foram fornecidas por Jhon Melendez. Todos os direitos reservados.